

Nova Lapa Solar S.A.
CNPJ Nº 23.509.564/0001-50

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	153.987	131.167	Fornecedores		2.399	4.516
Contas a receber de clientes	8	6.510	6.069	Provisões	13	18.005	3.672
Despesas antecipadas		192	237	Financiamentos	14	10.493	4.706
Adiantamentos a fornecedores		2.599	1.075	Obrigações sociais e trabalhistas		172	231
Tributos e contribuições a compensar		4.579	1.143	Obrigações fiscais		898	316
Outros ativos		853	853	Imposto de renda e contribuição social a pagar		826	1.623
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	242	209
Total do ativo circulante		168.720	140.544	Dividendos a pagar	9	3.215	9.192
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.836	5.241	Total do passivo circulante		36.250	24.465
Depósitos judiciais		19	19	Provisões	13	14.862	9.913
Imobilizado	11	301.220	298.724	Financiamentos	14	50.900	53.842
Intangível	12	1.449	1.560	Tributos diferidos		2.791	406
				Total do passivo não circulante		68.554	64.161
Total do ativo não circulante		308.524	305.543	Capital social		229.983	229.983
				Reserva legal		9.036	8.359
Total do ativo		477.243	446.087	Reserva de lucros		128.764	119.118
				Reserva de incentivos fiscais		4.657	-
				Total do patrimônio líquido	15	372.440	357.461
				Total do passivo e patrimônio líquido		477.243	446.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		389.887	6.424	91.543	-	-	487.855
Redução de capital	15	(159.904)	-	-	-	-	(159.904)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.702	38.702
Constituição de reserva legal	15	-	1.935	-	-	(1.935)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(9.192)	(9.192)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	27.575	-	(27.575)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		229.983	8.359	119.118	-	-	357.460
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.538	13.538
Constituição de reserva legal	15	-	677	-	-	(677)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(3.215)	(3.215)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	9.646	-	(9.646)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	4.657	-	4.657
Saldos em 31 de dezembro de 2025		229.983	9.036	128.764	4.657	-	372.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nova Lapa Solar S.A. ("Nova Lapa" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Lapa 2 e 3, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Lapa foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 30 de junho de 2017 com a produção anual estimada de 17,4 MWh. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")**: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Nova Lapa	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	28/29	10/03/2016	10/03/2051	17,4	17,4	17,4

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- Nota explicativa 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
10/03/2016	10/03/2051	17,4	17,4	17,4

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido") As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real"): Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")**: Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível** - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	16	44.841	62.502
Custo da geração de energia	17	(28.004)	(27.158)
Lucro operacional bruto		16.836	35.343
Despesas gerais e administrativas	17	(1.970)	(1.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.442)	41
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		13.425	33.546
Despesas financeiras	18	(5.814)	(6.872)
Receitas financeiras	18	20.038	21.908
Receitas (despesas) financeiras líquidas		14.225	15.036
Resultado antes dos impostos		27.650	48.583
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(12.108)	(9.877)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.004)	(4)
Lucro líquido do exercício		13.538	38.702
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0583	0,1667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.538	38.702
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.538	38.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.538	38.702
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	15.781	15.639
Provisão ressarcimento de energia	13	24.825	7.022
Despesas com juros	14	4.826	5.502
Amortização de custos de transação	14	58	58
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	12.108	9.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.004	4
		73.140	76.803

Variações em:

Contas a receber de clientes	(440)	(133)
Despesas antecipadas	45	247
Adiantamentos a fornecedores	(1.524)	(190)
Tributos e contribuições a compensar	(3.437)	(1.138)
Depósitos judiciais	-	32
Outros ativos	-	315
Partes relacionadas	9	32
Fornecedores	(2.117)	2.450
Provisões	(5.544)	(947)
Obrigações sociais e trabalhistas	(59)	(58)
Provisão para contingências	-	(2)
Obrigações fiscais	(471)	(2.299)
Tributos diferidos	381	5
Caixa proveniente das atividades operacionais	60.006	74.864
Impostos pagos sobre o lucro	(7.194)	(8.475)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.811	66.389

Fluxo de caixa das atividades de investimento: Aquisição de imobilizado 11 (18.167) (616)

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (18.167) (616)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas	(595)	1.510
Redução de capital	15	(159.904)
Dividendos pagos	9	(9.192)
Financiamentos obtidos	14	5.215
Juros capitalizados e variações monetárias	14	264
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.582)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(4.935)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(11.824)	(177.356)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	22.200	(111.583)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131.167	242.750
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	153.987	131.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Mantido para recebimento e venda A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para negociação A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez. A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **J. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixas - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas

demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	80	20
Aplicações financeiras (i)	153.907	131.147
	153.987	131.167

Compreendem numerais em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.510	6.069
	6.510	6.069

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	242	209
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	3.215	9.192
	3.457	9.401

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	5.836	5.241
	5.836	5.241

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	Depre. acumulada	Saldo líquido	Depre. acumulada	Saldo líquido
Móveis e utensílios	204	(136)	68	76
Veículos	231	(231)	-	-
Equipamentos de informática	650	(74)	576	32
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.873	(20.708)	60.165	62.546
Sistema de geração	281.076	(84.628)	196.448	205.860
Sistemas de transmissão e conexão	36.716	(8.196)	28.520	30.209
Imobilizado em andamento	15.443	-	15.443	-
	415.193	(113.973)	301.220	298.724

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	
Móveis e utensílios	204	-	-	-	204
Veículos	231	-	-	-	231
Equipamentos de informática	51	599	-	-	650
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.873	-	-	-	80.873
Sistema de geração	278.951	2.126	-	-	281.076
Sistemas de transmissão e conexão	36.716	-	-	-	36.716
Peças de manutenção	64	-	(64)	-	-
	397.026	18.167	-	-	415.193

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	
Móveis e utensílios	(128)	(8)	-	-	(136)
Veículos	(231)	-	-	-	(231)
Equipamentos de informática	(19)	(55)	-	-	(74)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(18.327)	(2.381)	-	-	(20.708)
Sistema de geração	(73.091)	(11.537)	-	-	(84.628)
Sistemas de transmissão e conexão	(6.507)	(1.690)	-	-	(8.196)
	(98.302)	(15.670)	-	-	(113.973)

(iv) Movimentação em 2024

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	
Móveis e utensílios	204	-	-	-	204
Veículos	231	-	-	-	231
Equipamentos de informática	51	-	-	-	51
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.873	-	-	-	80.873
Sistema de geração	278.951	-	-	-	278.951
Sistemas de transmissão e conexão	36.036	680	-	-	36.716
Peças de manutenção	64	-	(64)	-	-
	396.410	680	(64)	-	397.026

(v) Movimentação em 2024

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	
Móveis e utensílios	(120)	(8)	-	-	(128)
Veículos	(231)	-	-	-	(231)
Equipamentos de informática	(10)	(9)	-	-	(19)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(15.939)	(2.388)	-	-	(18.327)
Sistema de geração	(61.545)	(11.546)	-	-	(73.091)
Sistemas de transmissão e conexão	(4.835)	(1.671)	-	-	(6.507)
	(82.680)	(15.622)	-	-	(98.302)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lapa, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores

internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,22% a.a. (9,47% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024			2025
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.560	-	(111)	1.449
	1.560	-	(111)	1.449
	2023			2024
	Valor líquido	Adição	Amortização	Valor líquido
Em curso				
Concessão - cessão de direito de uso	1.576	-	(16)	1.560
	1.576	-	(16)	1.560

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrinial
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, decorrente da confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, relacionada de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconhecemos em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		4.992
Constituição		7.022
Baixa		(947)
		11.067
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.067
Constituição		24.825
Baixa		(5.544)
		30.349
Saldo em 31 de dezembro de 2025		30.349
	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	18.005	3.672
Provisão para ressarcimento longo prazo	12.344	7.395
	30.349	11.067

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 2.518 (R\$ 2.518 em 2024). **(iii) Provisão para contingências** - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 10 em 2025 (R\$ 10 em 2024).

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	56.475	59.166
ICBC (b)	2,70% (taxa fixa)	28/09/2026	5.479	-
Custo com captação			(561)	(618)
			61.393	58.548

Passivo circulante 10.493 4.706
Passivo não circulante 50.900 53.842
(a) Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 96.735, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fiduciária deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 11 de junho de 2025 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Empresa (emitente) e o ICBC (credor) no valor de RMB 7.705, com vencimento final para setembro de 2026. A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	10.493	9.093
Captação		

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **14.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **14.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 229.983, dividido em 232.211.766 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	229.983	229.983
Em 05 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 159.904, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. Controladora e controlador final - O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		

Lucro líquido do exercício 13.538 38.702
Constituição de reserva legal - 5% 677 1.935

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.538	38.702
Apropriação à reserva legal (5%)	(677)	(1.935)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.215)	(9.192)
Lucros retidos	9.646	27.575

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	13.538	38.702
Ações ordinárias (básico e diluído)	232.212	232.212
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0583	0,1667

16 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	76.923	72.429
Ressarcimento de energia (1)	(24.825)	(7.022)
(-) PIS / COFINS	(7.257)	(2.905)
	44.841	62.502

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(28.004)	(27.158)
Despesas gerais e administrativas	(1.970)	(1.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.442)	41
	(31.416)	(28.955)
Encargos de transmissão e conexão	(1.362)	(1.309)
Compra de energia	(3.136)	(4.089)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(224)	(126)
Despesa com pessoal	(2.298)	(2.049)
Serviços de terceiros	(865)	(1.918)
Depreciação	(15.781)	(15.639)
Manutenção	(4.895)	(2.700)
Materiais	(657)	(442)
Outras despesas administrativas	(704)	(643)
Viagens e estadias	(29)	(45)
Outros	(1.463)	5
	(31.416)	(28.955)

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(24)	(196)
Juros de financiamentos	(4.826)	(5.502)
Amortização do custo de captação	(58)	(58)
Juros e multas de mora	(22)	(2)
Custo de estruturação da dívida	(846)	(907)
Outras despesas financeiras	(35)	(204)
Total das despesas financeiras	(5.814)	(6.872)
Juros recebidos	-	6
Receita de aplicação financeira	19.867	21.888
Outras receitas financeiras	171	14
Total das receitas financeiras	20.038	21.908
Resultado financeiro	14.225	15.036

19 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025
Regime de tributação pelo lucro real	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	27.650
(+) Adições	8.031
(-) Exclusões	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	35.681
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	8.564
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	3.544
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.108
Taxa efetiva	33,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	2.004

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2024
Receita com venda de energia (*)	79.416
Outras receitas	21.908
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	28.279
Base de cálculo CSLL 12% (*)	31.456
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	7.073
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.804
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.877
Taxa efetiva	16,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	4

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	80	-	20	-
Aplicações financeiras	-	153.907	-	131.147
Contas a receber de clientes	6.510	-	6.069	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	5.836	-	5.241
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.399	-	4.516	-
Financiamentos (nota 14)	10.493	-	4.706	-
Partes relacionadas (nota 9)	3.457	-	9.401	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	50.900	-	53.842	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. **• Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **• Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. **• Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reservas constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **• Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: **• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **• Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	153.907	131.147
Aplicações financeiras vinculadas	5.836	5.241
Contas a receber de clientes	6.510	6.069

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	61.393	58.548
Fornecedores	2.399	4.516

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações

decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Aplicações financeiras	153.907	131.147
Aplicações financeiras vinculadas	5.836	5.241
	159.743	136.388

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	159.743	Redução do CDI (*)	17.851	11.901

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	136.388	Redução do CDI (*)	12.428	8.286

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Nova Lapa Solar S.A. São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Lapa Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Lapa Solar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Peng Shen - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Nova Olinda B Solar S.A.
CNPJ Nº 23.416.727/0001-50

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	123.306	82.869	Fornecedores		1.372	2.603
Contas a receber de clientes	8	6.563	6.060	Provisões	13	14.666	4.413
Despesas antecipadas		216	207	Financiamentos	14	7.902	8.233
Adiantamentos a fornecedores		3.033	2.256	Obrigações sociais e trabalhistas		184	247
Tributos e contribuições a compensar		4.197	1.816	Obrigações fiscais		1.086	672
Outros ativos		4.733	5.030	Imposto de renda e contribuição social a pagar		619	1.922
Total do ativo circulante		142.047	98.238	Contas a pagar à partes relacionadas	9	258	224
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.525	8.554	Dividendos a pagar	9	3.598	6.516
Tributos e contribuições a compensar		1.970	1.970	Total do passivo circulante		29.686	24.830
Depósitos judiciais	14	14	-	Provisões	13	13.757	9.329
Imobilizado	11	389.689	408.999	Financiamentos	14	67.003	70.979
Intangível	12	2.614	2.810	Tributos diferidos		5.682	2.968
Total do ativo não circulante		403.812	422.347	Total do passivo não circulante		86.442	83.276
Total do ativo		545.860	520.585	Capital social		358.562	358.562
				Reserva legal		4.293	3.536
				Reserva de lucros		61.174	50.381
				Reserva de incentivos fiscais		5.703	-
				Total do patrimônio líquido	15	429.732	412.479
				Total do passivo e patrimônio líquido		545.860	520.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reserva Social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		565.816	2.164	30.832	-	-	598.812
Redução de capital	15	(207.254)	-	-	-	-	(207.254)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.437	27.437
Constituição de reserva legal	15	-	1.372	-	-	(1.372)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(6.516)	(6.516)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	19.549	-	(19.549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		358.562	3.535	50.381	-	-	412.479
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.148	15.148
Constituição de reserva legal	15	-	757	-	-	(757)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(3.598)	(3.598)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	10.793	-	(10.793)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	5.703	-	5.703
Saldos em 31 de dezembro de 2025		358.562	4.293	61.174	5.703	-	429.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nova Olinda B Solar S.A. ("Nova Olinda B" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 10 e 11, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda B foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWh. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
Nova Olinda B	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	52/53	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito

na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos** - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")**: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
	17,6	17,6

(ii) **Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (iii) **Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real")**: Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) **Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")**: Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (v) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	16	48.860	63.480
Custo da geração de energia	17	(40.438)	(33.208)
Lucro operacional bruto		8.421	30.272
Despesas gerais e administrativas	17	(2.095)	(1.863)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	12.306	3.729
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		18.632	32.139
Despesas financeiras	18	(7.716)	(9.089)
Receitas financeiras	18	14.399	10.460
Receitas (despesas) financeiras líquidas		6.683	1.371
Resultado antes dos impostos		25.315	33.510
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(8.143)	(6.072)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.024)	(1)
Lucro líquido do exercício		15.148	27.437
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0410	0,0743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.148	27.437
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	15.148	27.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		15.148	27.437
Ajustes para:			
Depreciação	11	20.599	20.402
Juros e variações monetárias	14	6.469	7.198
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	13	20.453	6.559
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	8.143	6.072
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.024	1
		72.873	67.705

Variações em:

Contas a receber de clientes	(503)	(75)
Despesas antecipadas	(10)	356
Adiantamentos a fornecedores	(777)	13
Tributos e contribuições a compensar	(2.380)	(1.693)
Outros ativos	298	180
Partes relacionadas	9	34
Fornecedores	(1.231)	(4.119)
Provisões	13	(5.772)
Obrigações sociais e trabalhistas	(63)	(62)
Provisão para contingências	-	(2)
Obrigações fiscais	371	(1.925)
Tributos diferidos	690	272
Caixa proveniente das atividades operacionais	63.530	62.575
Impostos pagos sobre o lucro	(3.700)	(4.927)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	59.830	57.648

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado	11	(1.088)	(1.156)
Aquisição de intangível		(5)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.093)	(1.156)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas		(971)	824
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(4.117)	(3.944)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(6.696)	(8.842)
Redução de capital	15	-	(207.254)
Dividendos pagos	9	(6.516)	(6.857)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(18.300)	(226.073)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		40.437	(169.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		82.869	252.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		123.306	82.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

15. Patrimônio Líquido

a. **Capital social** - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 358.562, dividido em 369.449.043 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	358.562	358.562
Em 06 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 207.254, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. Controladora e controlador final - O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		
Lucro líquido do exercício	15.148	27.437
Constituição de reserva legal - 5%	757	1.372

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.148	27.437
Constituição de reserva legal - 5%	(757)	(1.372)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	14.391	26.065
Lucros retidos	10.793	19.549

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	15.148	27.437
Ações ordinárias (básico e diluído)	369.449	369.449
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0410	0,0743

16 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	76.306	72.958
Ressarcimento de energia (1)	(20.453)	(6.559)
(-) PIS / COFINS	(6.993)	(2.919)
	48.860	63.480

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(40.438)	(33.208)
Despesas gerais e administrativas	(2.095)	(1.863)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.306	3.729
	(30.228)	(31.341)
Encargos de transmissão e conexão	(1.461)	(1.393)
Compra de energia	118	(269)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(386)	(231)
Despesa com pessoal	(2.458)	(2.197)
Serviços de terceiros	(2.828)	(3.196)
Depreciação	(20.599)	(20.402)
Manutenção	(3.935)	(1.658)
Aluguel	(498)	(375)
Materiais	(9.701)	(4.610)
Outras despesas administrativas	(669)	(627)
Viagens e estadias	(91)	(77)
Outros	12.281	3.694
	(30.228)	(31.341)

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(44)	(7)
Juros de financiamentos	(6.469)	(7.198)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(3)	(303)
Custo de estruturação da dívida	(1.141)	(1.244)
Outras despesas financeiras	(18)	(295)
Total das despesas financeiras	(7.716)	(9.089)
Juros recebidos	-	56
Receita de aplicação financeira	14.395	9.990
Outras receitas financeiras	4	413
Total das receitas financeiras	14.399	10.460
Resultado financeiro	6.683	1.371

19 **Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Regime de tributação pelo lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	25.315	-
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(1.295)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	24.020	-
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.765	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.378	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.143	-
<i>Taxa efetiva</i>	<i>33,90%</i>	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	2.024	-

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2024
Receita com venda de energia (*)	79.876
Outras receitas	10.664
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	17.083
Base de cálculo CSLL 12% (*)	20.278
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	4.388
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.684
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.072
<i>Taxa efetiva</i>	<i>16,25%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	1

20 **Instrumentos financeiros** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de

mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	55	-	26	-
Aplicações financeiras	-	123.251	-	82.843
Contas a receber de clientes	6.563	-	6.060	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.525	-	8.554
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.372	-	2.603	-
Financiamentos (nota 14)	7.902	-	8.233	-
Partes relacionadas (nota 9)	3.856	-	6.740	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	67.003	-	70.979	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reservadas constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • **Financiamentos**: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 **Gestão integrada de riscos** - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	123.251	82.843
Aplicações financeiras vinculadas	9.525	8.554
Contas a receber de clientes	6.563	6.060

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	74.905	79.212
Fornecedores	1.372	2.603

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos

seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Aplicações financeiras	123.251	82.843
Aplicações financeiras vinculadas	9.525	8.554
	132.776	91.397

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	132.776	Redução do CDI (*)	14.838	9.892

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	91.397	Redução do CDI (*)	8.329	5.552

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Nova Olinda B Solar S. A. São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda B Solar S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda B Solar S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, tomadas em conjunto, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Curitiba, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Rui Zhu - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Nova Olinda C Solar S.A.
CNPJ Nº 23.414.549/0001-28

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	56.950	49.096	Fornecedores		201	131
Contas a receber de clientes	8	6.563	6.254	Provisões	13	10.785	1.792
Despesas antecipadas		216	170	Financiamentos	14	7.893	8.229
Adiantamentos a fornecedores		248	57	Obrigações sociais e trabalhistas		184	247
Tributos e contribuições a compensar		3.073	1.016	Obrigações fiscais		893	436
Outros ativos		703	703	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.006	517
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	258	224
Total do ativo circulante		67.753	57.296	Dividendos a pagar	9	4.308	10.338
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.756	7.863	Total do passivo circulante		25.527	21.913
Imobilizado	11	296.395	311.590	Provisões	13	13.026	7.894
Intangível	12	2.568	2.769	Financiamentos	14	64.011	67.808
				Tributos diferidos		5.158	2.513
Total do ativo não circulante		307.718	322.222	Total do passivo não circulante		82.195	78.215
				Capital social		240.583	240.583
Total do ativo		375.471	379.518	Reserva legal		8.699	7.792
				Reserva de lucros		12.923	31.015
				Reserva de incentivos fiscais		5.544	-
				Total do patrimônio líquido	15	267.750	279.390
				Total do passivo e patrimônio líquido		375.471	379.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		352.458	5.616	28.403	-	-	386.477
Redução de capital	15	(111.875)	-	-	-	-	(111.875)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.530	43.530
Constituição de reserva legal	15	-	2.176	-	-	(2.176)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(28.403)	-	(10.338)	(38.742)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	31.015	-	(31.015)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		240.583	7.792	31.015	-	-	279.389
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.138	18.138
Constituição de reserva legal	15	-	907	-	-	(907)	-
Dividendos	15	-	-	(31.015)	-	(4.308)	(35.322)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	12.923	-	(12.923)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	5.544	-	5.544
Saldos em 31 de dezembro de 2025		240.583	8.699	12.923	5.544	-	267.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nova Olinda C Solar S.A. ("Nova Olinda C" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 12 e 13, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda C foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 02 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWh. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")**: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
Nova Olinda C	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	54/55	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);
- Nota Explicativa nº 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito

	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido") As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real"): Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")**: Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classificação de imobilizado

Classificação de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	16	52.318	67.875
Custo da geração de energia	17	(22.367)	(22.184)
Lucro operacional bruto		29.951	45.691
Despesas gerais e administrativas	17	(1.851)	(1.666)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(718)	(106)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		27.382	43.918
Despesas financeiras	18	(6.291)	(6.899)
Receitas financeiras	18	7.763	13.573
Resultado antes dos impostos		28.855	50.592
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(8.698)	(7.054)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.019)	(8)
Lucro líquido do exercício		18.138	43.530
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0753	0,1808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	18.138	43.530
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	18.138	43.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		18.138	43.530
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.487	15.357
Juros e variações monetárias	14	6.216	6.584
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	13	16.553	2.389
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	8.698	7.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.019	8
Variáveis em:		67.147	74.959

Contas a receber de clientes (309) (269)
Despesas antecipadas (46) (21)
Adiantamentos a fornecedores (190) (11)
Tributos e contribuições a compensar (2.058) (902)
Outros ativos - 1.043
Partes relacionadas 9 34 (238)
Fornecedores 70 (4.998)
Provisões 13 (2.428) 3.750
Obrigações sociais e trabalhistas (63) (62)
Obrigações fiscais 665 (1.965)
Tributos diferidos 626 231

Caixa proveniente das atividades operacionais **63.448** **71.515**
Impostos pagos sobre o lucro (2.872) (6.240)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais **60.576** **65.275**

Fluxo de caixa das atividades de investimento:
Aquisição de imobilizado 11 (90) (592)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento **(90)** **(592)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:
Aplicações financeiras vinculadas (893) 592
Redução de capital 15 - (111.875)
Dividendos pagos 9 (41.353) (37.871)
Pagamento de principal sobre financiamentos 14 (3.934) (3.769)
Pagamento de juros sobre financiamentos 14 (6.452) (6.810)

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento **(52.632)** **(159.734)**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa **7.854** **(95.050)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **49.096** **144.146**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício **56.950** **49.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contábil a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Mantido para negociação - A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA - A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixas - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA - A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixas - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA - A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixas - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA - A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixas - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

	2025	2024
Contas a receber	6.563	6.254
	6.563	6.254

As contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante	258	224
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	4.308	10.338
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	4.566	10.562

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	8.756	7.863
	8.756	7.863

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado
(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	Custo	Depre. acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20	(9)	11	15
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.855	(16.907)	50.948	52.965
Sistema de geração	311.182	(83.579)	227.603	239.835
Sistemas de transmissão e conexão	24.969	(7.227)	17.743	18.776
Imobilizado em andamento	90	-	90	-
	404.116	(107.721)	296.395	311.590

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Movimentação em 2024				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20	20	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.855	-	-	-	67.855	67.855	-	-	-
Sistema de geração	311.182	-	-	-	311.182	311.182	-	-	-
Sistemas de transmissão e conexão	24.969	-	-	-	24.969	24.969	-	-	-
Peças de manutenção	45	-	(45)	-	-	90	-	-	-
	404.026	90	(45)	-	404.116	404.116	90	(45)	-

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Movimentação em 2024			
	Saldo em 2024	Adições	Baixas					

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	18.138	43.530
Constituição de reserva legal - 5%	907	2.177

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	18.138	43.530
Apropriação à reserva legal (5%)	(907)	(2.177)
	17.231	41.354
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.308)	(10.338)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(31.015)	(28.403)
Lucros retidos	12.923	31.015

(i) Em 17 de abril de 2025 e 10 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores.

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	18.138	43.530
Ações ordinárias (básico e diluído)	240.715	240.715
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0753	0,1808

16 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	76.029	73.185
Ressarcimento de energia (1)	(16.553)	(2.389)
(-) PIS / COFINS	(7.158)	(2.921)
	52.318	67.875

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(22.367)	(22.184)
Despesas gerais e administrativas	(1.851)	(1.666)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(718)	(106)
	(24.936)	(23.956)
Encargos de transmissão e conexão	(1.345)	(1.324)
Compra de energia	(7)	(271)
Liquidação financeira negativa - CCIEE	(342)	(207)
Despesa com pessoal	(2.449)	(2.150)
Serviços de terceiros	(1.444)	(3.175)
Depreciação	(15.487)	(15.357)
Manutenção	(2.524)	(794)
Materiais	(17)	(82)
Outras despesas administrativas	(579)	(457)
Outros	(742)	(139)
	(24.936)	(23.956)

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(5)	(5)
IOF	(28)	(202)
Juros de financiamentos	(6.216)	(6.584)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(2)	(1)
Custo de estruturação da dívida	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(11)	(68)
Total das despesas financeiras	(6.291)	(6.899)
Receita de aplicação financeira	7.762	13.191
Outras receitas financeiras	1	382
Total das receitas financeiras	7.763	13.573
Resultado financeiro	1.473	6.674

19 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	28.855	-
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(3.201)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	25.653	-
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	6.157	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.541	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.698	-
Taxa efetiva	33,91%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	2.019	-

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2024
Receita com venda de energia (*)	79.689
Outras receitas	13.573
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	19.974
Base de cálculo CSLL 12% (*)	23.161
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	5.081
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.973
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.054
Taxa efetiva	16,35%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	8

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo

contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	49	-	22	-
Aplicações financeiras	-	56.901	-	49.074
Contas a receber de clientes	6.563	-	6.254	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	8.756	-	7.863
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	201	-	131	-
Financiamentos (nota 14)	7.893	-	8.229	-
Partes relacionadas (nota 9)	4.566	-	10.562	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	64.011	-	67.808	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. **• Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **• Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. **• Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **• Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: **• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **• Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	56.901	49.074
Aplicações financeiras vinculadas	8.756	7.863
Contas a receber de clientes	6.563	6.254

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	71.904	76.037
Fornecedores	201	131

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes

nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Ativo	2025	2024
Aplicações financeiras	56.901	49.074
Aplicações financeiras vinculadas	8.756	7.863
	65.657	56.937

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	65.657	Redução do CDI (*)	7.337	4.891

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	56.937	Redução do CDI (*)	5.188	3.459

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Nova Olinda C Solar S.A.

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda C Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda C Solar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertonecello
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Rui Zhu - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Nova Olinda Norte Solar S.A.
CNPJ Nº 23.566.105/0001-08

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	45.313	38.520	Fornecedores		266	632
Contas a receber de clientes	8	6.563	6.160	Provisões	13	14.480	2.891
Despesas antecipadas		225	180	Financiamentos	14	5.847	7.677
Adiantamentos a fornecedores		163	463	Obrigações sociais e trabalhistas		184	247
Tributos e contribuições a compensar		3.205	1.604	Obrigações fiscais		911	453
Outros ativos		642	1.350	Imposto de renda e contribuição social a pagar		195	496
Total do ativo circulante		56.111	48.277	Contas a pagar à partes relacionadas	9	258	224
Aplicações financeiras vinculadas	10	12.058	10.465	Dividendos a pagar	9	3.866	9.258
Imobilizado	11	303.732	319.249	Total do passivo circulante		26.007	21.878
Intangível	12	2.634	2.835	Provisões	13	13.841	8.654
Total do ativo não circulante		318.424	332.550	Financiamentos	14	61.125	67.279
Total do ativo		374.535	380.828	Tributos diferidos		7.382	4.498
				Total do passivo não circulante		82.348	80.431
				Capital social		244.126	244.126
				Reserva legal		7.432	6.618
				Reserva de lucros		11.598	27.775
				Reserva de incentivos fiscais		3.023	-
				Total do patrimônio líquido	15	266.180	278.519
				Total do passivo e patrimônio líquido		374.535	380.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		381.582	4.669	23.981	-	-	410.232
Redução de capital	15	(137.456)	-	-	-	-	(137.456)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.982	38.982
Constituição da reserva legal	15	-	1.949	-	-	(1.949)	-
Dividendos	15	-	-	(23.981)	-	(9.258)	(33.239)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	27.775	-	(27.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		244.126	6.618	27.775	-	-	278.519
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.278	16.278
Constituição de reserva legal	15	-	814	-	-	(814)	-
Dividendos	15	-	-	(27.775)	-	(3.866)	(31.641)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	11.598	-	(11.598)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	3.023	-	3.023
Saldos em 31 de dezembro de 2025		244.126	7.432	11.598	3.023	-	266.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nova Olinda Norte Solar S.A. ("Nova Olinda Norte" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 8 e 9, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Nova Olinda Norte foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 09 de dezembro de 2017 com a produção anual estimada de 17,6 MWh. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato. Wm. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
Nova Olinda Norte	60	LER 2015	JKM320PP-72-V	50/51	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota Explicativa 13** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito

na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos** - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")**: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
	04/03/2016	04/03/2051	17,6	17,6	17,6

(ii) **Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) **Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real")**: Em 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) **Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")**: Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (v) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível** - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	16	47.970	66.055
Custo da geração de energia	17	(26.501)	(27.182)
Lucro operacional bruto		21.469	38.873
Despesas gerais e administrativas	17	(1.915)	(1.713)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	3.890	1.653
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		23.445	38.813
Despesas financeiras	18	(6.320)	(6.891)
Receitas financeiras	18	6.424	14.393
Receitas (despesas) financeiras líquidas		104	7.502
Resultado antes dos impostos		23.549	46.315
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(5.251)	(7.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.020)	(5)
Lucro líquido do exercício		16.278	38.982
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0651	0,1560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.278	38.982
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	16.278	38.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		16.278	38.982
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.831	15.706
Juros e variações monetárias	14	6.254	6.489
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	13	21.164	4.115
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	5.251	7.328
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.020	5
		66.835	72.662

Variações em:

Contas a receber de clientes	(403)	(175)	
Despesas antecipadas	(45)	(20)	
Adiantamentos a fornecedores	300	(313)	
Tributos e contribuições a compensar	(1.600)	(1.515)	
Outros ativos	708	(671)	
Partes relacionadas	9	34	
Fornecedores	(367)	(5.962)	
Provisões	13	(4.388)	
Obrigações sociais e trabalhistas	(63)	(62)	
Obrigações fiscais	525	(1.901)	
Tributos diferidos	864	438	
Caixa proveniente das atividades operacionais		62.401	62.856
Impostos pagos sobre o lucro		(2.595)	(6.876)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		59.806	55.979

Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(113)	(542)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(113)	(542)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(1.593)	(1.454)
Redução de capital	15	-	(137.456)
Dividendos pagos	9	(37.033)	(31.974)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(5.684)	(3.826)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(8.591)	(6.717)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(52.901)	(181.427)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		6.792	(125.990)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38.520	164.510
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		45.313	38.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento	A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.
Mantido para recebimento e	A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

venda para fins de gerenciamento de liquidez.
Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **J. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	53	29
Aplicações financeiras (i)	45.260	38.491
	45.313	38.520

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.563	6.160
	6.563	6.160

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
CCGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	258	224
CCGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	3.866	9.258
	4.124	9.482

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	12.058	10.465
	12.058	10.465

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado
(i) Composição do saldo

	2025	2024
	Custo	Depre. líquido
Veículos	445	(445)
Equipamentos de informática	20	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.264	(19.091)
Sistema de geração	308.099	(82.865)
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	(8.219)
Imobilizado em andamento	113	-
	414.361	(110.629)

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025				
Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Veículos	445	-	-	445
Equipamentos de informática	20	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.264	-	-	77.264
Sistema de geração	308.099	-	-	308.099
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	-	-	28.421
Imobilizado em andamento	-	113	-	113
	414.248	113	-	414.361

Movimentação em 2024				
Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Veículos	445	-	-	445
Equipamentos de informática	20	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.264	-	-	77.264
Sistema de geração	307.502	597	-	308.099
Sistemas de transmissão e conexão	28.421	-	-	28.421
Peças de manutenção	55	-	(55)	-
	413.706	597	(55)	414.248

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025				
Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Veículos	(445)	-	-	(445)
Equipamentos de informática	(5)	(4)	-	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(16.788)	(2.303)	-	(19.091)
Sistema de geração	(70.718)	(12.147)	-	(82.865)
Sistemas de transmissão e conexão	(7.043)	(1.176)	-	(8.219)
	(94.999)	(15.630)	-	(110.629)

Movimentação em 2024				
Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Veículos	(445)	-	-	(445)
Equipamentos de informática	-	(5)	-	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.478)	(2.310)	-	(16.788)
Sistema de geração	(58.537)	(12.181)	-	(70.718)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.862)	(1.181)	-	(7.043)
	(79.322)	(15.677)	-	(94.999)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,22% a.a. (9,47% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024	2025
	Valor líquido	Valor líquido
Em curso	2.835	-
Concessão - cessão de direito de uso	-	(201)
	2.835	2.634

	2023	2024
	Valor líquido	Valor líquido
Em curso	2.864	-
Concessão - cessão de direito de uso	-	(29)
	2.864	2.835

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadranel à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriênis de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriênis comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Gerarção x	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadranel
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadriênis
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizada pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde a restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período eleitoral, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	2025	2024
Constituição	4.296	4.115	6.160
Reversão	-	-	9.027
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.296	4.115	15.187
Constituição	-	21.164	(4.388)
Baixa	-	-	25.803
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	21.164	10.799

	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	14.480	2.891
Provisão para ressarcimento longo prazo	11.323	6.136
	25.803	9.027

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontinua a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 2.518 (R\$ 2.518 em 2024). **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	67.328	75.349
Custo com captação	-	-	(356)	(393)
			66.972	74.956

Passivo circulante
Passivo não circulante
(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	5.847	-
2027 a 2029	13.028	-
2030 a 2032	18.127	-
2033 a 2035	29.971	-
Total	66.972	74.956

14.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	74.956	78.773
Pagamento de juros	(8.591)	(6.717)
Pagamento de principal	(5.684)	(3.826)
Despesas com juros	6.254	6.489
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	66.972	74.956

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **14.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **14.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **14.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15. Patrimônio Líquido
a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 244.126, dividido em 249.945.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2025	2024
Acionistas		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	244.126	244.126
Em 05 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 137.456, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. Controladora e controlador final - O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social. b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.278	38.982
Constituição de reserva legal - 5%	814	1.949
c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.		
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.278	38.982
Apropriação à reserva legal (5%)	(814)	(1.949)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.866)	(9.258)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(27.775)	(23.981)
Lucros retidos	11.598	27.775
(i) Em 17 de abril de 2025 e 10 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores. d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		
	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	16.278	38.982
Ações ordinárias (básico e diluído)	249.946	249.946
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0651	0,1560
16 Receita líquida de venda de energia		
	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	76.171	73.083
Ressarcimento de energia (1)	(21.164)	(4.115)
(-) PIS / COFINS	(7.037)	(2.913)
	47.970	66.055
(1) Vide nota explicativa 13(i).		
17 Gastos por natureza		
	2025	2024
Custo da geração de energia	(26.501)	(27.182)
Despesas gerais e administrativas	(1.915)	(1.713)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.890	1.653
	(24.525)	(27.242)
Encargos de transmissão e conexão	(1.294)	(1.272)
Compra de energia	268	(270)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(375)	(224)
Despesa com pessoal	(2.441)	(2.141)
Serviços de terceiros	(2.774)	(4.598)
Depreciação	(15.831)	(15.706)
Manutenção	(4.534)	(1.647)
Materiais	(814)	(2.513)
Outras despesas administrativas	(597)	(488)
Outros	3.866	1.618
	(24.525)	(27.242)
18 Resultado financeiro		
	2025	2024
Despesas bancárias	(5)	(5)
IOF	(19)	(348)
Juros de financiamentos	(6.254)	(6.489)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	(1)	(5)
Custo de estruturação da dívida	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(2)	(5)
Total das despesas financeiras	(6.320)	(6.891)
Receita de aplicação financeira	6.423	13.828
Outras receitas financeiras	1	565
Total das receitas financeiras	6.424	14.393
Resultado financeiro	104	7.502
19 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:		
Regime de tributação pelo lucro real		2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL		23.549
(+) Adições		-
(-) Exclusões		(8.034)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%		-
Base de cálculo IRPJ e CSLL		15.515
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)		3.724
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses		1.527
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.251
Taxa efetiva		33,85%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)		2.020
Regime de tributação pelo lucro presumido		2024
Receita com venda de energia (*)		79.573
Outras receitas		14.393
Base de cálculo IRPJ 8% (*)		20.782
Base de cálculo CSLL 12% (*)		23.965
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)		5.274
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses		2.054
Imposto de renda e contribuição social correntes		7.328
Taxa efetiva		16,38%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)		5
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.		
20 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e		

interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	53	-	29	-
Aplicações financeiras	-	45.260	-	38.491
Contas a receber de clientes	6.563	-	6.160	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	12.058	-	10.465
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	266	-	632	-
Financiamentos (nota 14)	5.847	-	7.677	-
Partes relacionadas (nota 9)	4.124	-	9.482	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	61.125	-	67.279	-

• Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **• Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. **• Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **• Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **• Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	45.260	38.491
Aplicações financeiras vinculadas	12.058	10.465
Contas a receber de clientes	6.563	6.160

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	66.972	74.956
Fornecedores	266	632

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro

de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Aplicações financeiras	45.260	38.491
Aplicações financeiras vinculadas	12.058	10.465
	57.318	48.956

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	57.318	Redução do CDI (*)	6.405	4.270

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	48.956	Redução do CDI (*)	4.461	2.974

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Nova Olinda Norte Solar S. A.

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Norte Solar S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Norte Solar S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoncelo
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Rui Zhu - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Nova Olinda Sul Solar S.A.
CNPJ Nº 23.399.563/0001-08

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.556	22.693	Fornecedores		208	175
Contas a receber de clientes	8	3.282	3.119	Provisões	13	5.921	1.029
Despesas antecipadas		108	85	Financiamentos	14	3.903	3.905
Adiantamentos a fornecedores		29	27	Obrigações sociais e trabalhistas		92	123
Tributos e contribuições a compensar		836	745	Obrigações fiscais		273	266
Outros ativos		25	25	Imposto de renda e contribuição social a pagar		279	345
Total do ativo circulante		29.836	26.694	Contas a pagar à partes relacionadas	9	129	112
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.527	4.065	Dividendos a pagar	9	2.720	5.295
Dépósitos judiciais		62	62	Total do passivo circulante		13.526	11.250
Imobilizado	11	147.623	155.280	Provisões	13	6.757	4.135
Intangível	12	1.266	1.367	Financiamentos	14	30.399	32.505
Total do ativo não circulante		153.478	160.774	Tributos diferidos		1.072	867
Total do ativo		183.314	187.468	Total do passivo não circulante		38.228	37.507
				Capital social		119.335	119.335
				Reserva legal		4.065	3.492
				Reserva de lucros		8.161	15.885
				Total do patrimônio líquido	15	131.560	138.712
				Total do passivo e patrimônio líquido		183.314	187.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		188.987	2.377	11.952	-	203.316
Redução de capital	15	(69.653)	-	-	-	(69.653)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.295	22.295
Constituição da reserva legal	15	-	1.115	(1.115)	(1.115)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(11.952)	(5.295)	(17.247)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	15.885	(15.885)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		119.335	3.492	15.885	-	138.712
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.454	11.454
Constituição da reserva legal	15	-	573	-	(573)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(15.885)	(2.720)	(18.606)
Constituição de reserva de lucros	15	-	-	8.161	(8.161)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		119.335	4.065	8.161	-	131.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Nova Olinda Sul Solar S.A. ("Nova Olinda Sul" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica da UFV Nova Olinda 14, na cidade de Ribeira do Piauí - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Nova Olinda Sul foi vencedora do Leilão de Energia LER 08/2015 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de março de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 11 de setembro de 2017 com a produção anual estimada de 8,8 MWh. A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
Nova Olinda Sul	30	LER 2015	JKM320PP-72-V	32	02/03/2016	02/03/2051	8,8	8,8	8,8

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment*) do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 13** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes,

quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui, basicamente, a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a

legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistema de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível - Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso solar são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo. **f. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O custo a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	16	27.729	33.937
Custo da geração de energia	17	(13.068)	(12.073)
Lucro operacional bruto		14.660	21.865
Despesas gerais e administrativas	17	(1.011)	(874)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(10)	685
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		13.639	21.675
Despesas financeiras	18	(3.042)	(3.340)
Receitas financeiras	18	3.586	7.963
Receitas (despesas) financeiras líquidas		544	4.623
Resultado antes dos impostos		14.183	26.299
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.608)	(4.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(121)	(4)
Lucro líquido do exercício		11.454	22.295
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0939	0,1827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	11.454	22.295
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	11.454	22.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		11.454	22.295
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	7.814	7.747
Provisão ressarcimento de energia	13	8.937	1.183
Juros e variações monetárias	14	2.987	3.176
Amortização de custos de transação	14	37	37
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	2.608	4.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	121	4
		33.958	38.442

Variações em:

Contas a receber de clientes	(162)	(127)	
Despesas antecipadas	(23)	(11)	
Adiantamentos a fornecedores	(2)	(12)	
Tributos e contribuições a compensar	(91)	(705)	
Partes relacionadas	9	17	
Fornecedores	33	(3.728)	
Provisões	13	(1.422)	
Obrigações sociais e trabalhistas	(31)	(31)	
Obrigações fiscais	(792)	(1.015)	
Tributos diferidos	84	74	
Caixa proveniente das atividades operacionais		31.569	32.351
Impostos pagos sobre o lucro	(1.875)	(3.659)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		29.693	28.692

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado	11	(56)	(368)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(56)	(368)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas	(462)	268	
Redução de capital	15	(69.653)	
Dividendos pagos	9	(21.181)	
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.023)	
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.109)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(26.774)	(90.557)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.863	(62.233)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.693	84.926
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.556	22.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ou ao VJRA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento - A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda - A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação - A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:**

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de electricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as Companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	129	112
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	2.720	5.295
	2.849	5.407

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.

(b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	4.527	4.065
	4.527	4.065

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024
Taxa anual de depreciação		
Custo	53	33
Depre. acumulada	(20)	(9)
Saldo líquido	33	24

	2025	2024
Móveis e utensílios	53	33
Equipamentos de informática	20	15
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.557	26.215
Sistema de geração	156.228	119.842
Sistemas de transmissão e conexão	12.207	9.172
Imobilizado em andamento	56	56
	202.122	155.280

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.		
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.557	-	-	-	33.557
Sistema de geração	156.228	-	-	-	156.228
Sistemas de transmissão e conexão	12.207	-	-	-	12.207
Imobilizado em andamento	56	-	-	-	56
	202.065	56	-	-	202.122

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.		
Móveis e utensílios	(17)	(4)	-	-	(21)
Equipamentos de informática	(5)	(4)	-	-	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7.343)	(998)	-	-	(8.341)
Sistema de geração	(36.386)	(6.203)	-	-	(42.589)
Sistemas de transmissão e conexão	(3.035)	(505)	-	-	(3.540)
	(46.786)	(7.714)	-	-	(54.499)

(iv) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.		
Móveis e utensílios	(13)	(4)	-	-	(17)
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.341)	(1.001)	-	-	(7.343)
Sistema de geração	(30.169)	(6.217)	-	-	(36.386)
Sistemas de transmissão e conexão	(2.529)	(507)	-	-	(3.035)
	(39.053)	(7.733)	-	-	(46.786)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Nova Olinda, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,22% a.a. (9,47% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Intangível - Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01"). A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	2024	2025
Valor líquido	Adição	Amortização
Em curso		
Concessão - cessão de direito de uso	1.367	(101)
	1.367	(101)

	2023	2024
Valor líquido	Adição	Amortização
Em curso		
Concessão - cessão de direito de uso	1.381	(14)
	1.381	(14)

13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerando suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadranel à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de

Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriêns de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriêns comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadranel
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadriêns
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação de geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.139	
Constituição	1.183	
Baixa	(417)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.905	
Constituição	8.937	
Baixa	(1.422)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.419	

	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	5.921	1.029
Provisão para ressarcimento longo prazo	5.498	2.876
	11.419	3.905

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de concessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, a Companhia efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão está estimada em R\$ 1.259 (R\$ 1.259 em 2024). **(iii) Provisão para contingências** - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 55 em 2025 (R\$ 55 em 2024).

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	34.658	36.803
Custo com captação			(356)	(393)
			34.302	36.410

	2025	2024
Passivo circulante	3.903	3.905
Passivo não circulante	30.399	32.505

(a) Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	3.903	
2027 a 2029	6.396	
2030 a 2032	8.954	
2033 a 2035	15.049	
Total	34.302	

14.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	36.410	38.433
Pagamento de juros	(3.109)	(3.293)
Pagamento de principal	(2.023)	(1.943)
Despesas com juros	2.987	3.176
Custos de captação amortizados	37	37
Saldo final	34.302	36.410

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **14.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **14.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apurou um índice anual igual ou superior a 1,40 conforme previsto em contrato junto ao BNB, e atendeu todas as condições referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **14.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 119.335, dividido em 122.017.903 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas		
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	119.335	119.335

Em 05 de fevereiro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 69.653, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final** - O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	11.454	22.295
Constituição de reserva legal - 5%	573	1.115

c. Dividendos - O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	11.454	22.295
Apropriação à reserva legal (5%)	(573)	(1.115)
	10.881	21.180
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.720)	(5.295)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros (i)	(15.885)	(11.952)
Lucros retidos	8.161	15.885

(i) Em 17 de abril de 2025 e 30 de abril de 2024 houve a deliberação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária para a distribuição de dividendos com reserva de lucros anteriores. **d. Reserva de lucros** - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	11.454	22.295
Ações ordinárias (básico e diluído)	122.018	122.018
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0939	0,1827

16 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	38.053	36.582
Ressarcimento de energia (1)	(8.937)	(1.183)
(-) PIS / COFINS	(1.387)	(1.462)
	27.729	33.937

(1) Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(13.068)	(12.073)
Despesas gerais e administrativas	(1.011)	(874)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10)	685
	(14.089)	(12.262)
Encargos de transmissão e conexão	(645)	(694)
Compra de energia	(107)	(136)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(135)	(85)
Despesa com pessoal	(1.221)	(1.071)
Serviços de terceiros	(1.603)	(2.030)
Depreciação	(7.814)	(7.747)
Manutenção	(2.238)	(832)
Materiais	(17)	(102)
Outras despesas administrativas	(285)	(233)
Outros	(24)	668
	(14.089)	(12.262)

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(12)	(131)
Juros de financiamentos	(2.987)	(3.176)
Amortização do custo de captação	(37)	(37)
Juros e multas de mora	-	(1)
Custo de estruturação da dívida	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(1)	10
Total das despesas financeiras	(3.042)	(3.340)
Receita de aplicação financeira	3.585	7.188
Outras receitas financeiras	1	776
Total das receitas financeiras	3.586	7.963
Resultado financeiro	544	4.623

19 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita com venda de energia (*)	37.891	39.885
Outras receitas	4.310	8.210
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	7.341	11.412
Base de cálculo CSLL 12% (**)	8.857	13.008
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	1.898	2.883
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	710	1.117
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.608	4.000
Taxa efetiva	16,10%	16,38%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	121	4

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando-se informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	22	-	11	-
Aplicações financeiras	-	25.534	-	22.682
Contas a receber de clientes	3.282	-	3.119	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	4.527	-	4.065
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	208	-	175	-
Financiamentos (nota 14)	3.903	-	3.905	-
Partes relacionadas (nota 9)	2.849	-	5.407	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	30.399	-	32.505	-

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • **Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque solar. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	25.534	22.682
Aplicações financeiras vinculadas	4.527	4.065
Contas a receber de clientes	3.282	3.119

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	34.302	36.410
Fornecedores	208	175

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme

reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Aplicações financeiras	25.534	22.682
Aplicações financeiras vinculadas	4.527	4.065
	30.061	26.747

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	30.061	Redução do CDI (*)	3.359	2.240

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	89.243	Redução do CDI (*)	7.798	5.198

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Nova Olinda Sul Solar S. A. São Paulo - SP
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Olinda Sul Solar S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Olinda Sul Solar S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Rui Zhu - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 17/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br

